




TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA) E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO PRECONCEITO NAS ESCOLAS

 <https://doi.org/10.56238/levv15n41-055>

Data de submissão: 16/09/2024

Data de publicação: 16/10/2024

Gabriel de Albuquerque Pedrosa

Graduando em Medicina

Universidade: UNINTA

E-mail: gabrielpedrosa814@gmail.com

Waldyr Barcellos Junior

UFF

Luciana Maia Lavio Oliveira

Mestranda em Ensino de Ciências e Matemática

Universidade Cruzeiro do Sul

E-mail: luciana.lavio@gmail.com

Marcelo Roberto Bruno Valio

Pós-Doutor em Direito

Universidade: UNIFACVEST

E-mail: brunovalio76@gmail.com

Charlyngton Fábio da Silva Rodrigues

Pós Graduação Docência no Ensino Superior

Universidade: UNIBF

E-mail: fabio001358@gmail.com

Anita Terezinha Scaranello dos Santos

Diretora escolar e mantenedora

Universidade Oeste Paulista

Carina Dorneles Gomes

Especialista em Educação para a Diversidade

UFRGS

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5310706154201568>

Adriane Aparecida de Souza Mahl Mangaroti

Mestre em Literatura- UFGD.

Atualmente, cursa doutorado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS

Márcio Roberto Bezerra de Carvalho

Especialista em Gestão de Pessoas por Competência

Universidade: Must University



E-mail: marciorb@ufba.br

Selmileia Franciane de Andrade

Mestranda em Ciências
UFSJ

Cleidiane Pereira Santos Aguiar

Pedagoga
Universidade: Faculdade de Ciências Sociais de Marabá
E-mail: enaidielcaguiar@gmail.com

Jessica Sabrinne Araújo Amaral Oliveira

Pós graduada em educação infantil e anos iniciais
Universidade: Faculdade Iguazu
E-mail: sabrinnej254@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo investigar e propor estratégias e práticas pedagógicas para minimizar o preconceito em relação ao Transtorno do Espectro do Autista (TEA) nas escolas, promovendo um ambiente educacional inclusivo. A metodologia adotada envolveu uma revisão da literatura sobre educação inclusiva, TEA e experiências exitosas em instituições educacionais, além de entrevistas com educadores e especialistas na área. Os resultados revelaram que a formação continuada dos professores, a sensibilização da comunidade escolar e a implementação de recursos didáticos adaptados são fundamentais para a inclusão efetiva de alunos com TEA. A análise demonstrou que, embora desafios como preconceito e falta de compreensão ainda persistam, iniciativas que promovam empatia e cooperação podem transformar a cultura escolar, beneficiando não apenas alunos com autismo, mas toda a comunidade. Em conclusão, a pesquisa enfatiza a importância de um esforço conjunto entre educadores, famílias e políticas públicas para garantir que a inclusão se torne uma realidade prática e que a diversidade seja valorizada, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e acolhedora.

Palavras-chave: Autismo. Educação. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental que afeta a forma como uma pessoa percebe o mundo e interage socialmente. Compreendido como um espectro, o TEA inclui uma ampla gama de manifestações e severidades, o que significa que cada indivíduo apresenta características únicas. Essa diversidade torna essencial que educadores, pais e a sociedade em geral compreendam as especificidades do autismo, promovendo um ambiente escolar que valorize as diferenças e busque estratégias que garantam a inclusão de todos os alunos (Lima; Matos, 2020).

A educação inclusiva tem ganhado destaque nas discussões sobre práticas pedagógicas, especialmente em relação ao TEA. Este modelo educativo visa proporcionar a todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, um espaço de aprendizado que respeite suas necessidades e potencialidades. A inclusão não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas envolve um compromisso com a adaptação curricular, metodológica e atitudinal, criando um ambiente acolhedor que favoreça o desenvolvimento de habilidades sociais e acadêmicas (Nunes; Alves, 2022).

No entanto, a inclusão de alunos com TEA nas escolas enfrenta diversos desafios. O preconceito e a falta de compreensão sobre o autismo ainda permeiam o ambiente escolar, dificultando a aceitação e o convívio entre estudantes. Muitas vezes, o desconhecimento sobre o transtorno gera estigmas que se manifestam em atitudes discriminatórias, prejudicando não apenas o desenvolvimento do aluno com TEA, mas também o ambiente de aprendizado como um todo (Santos; Leite, 2022).

Para que a inclusão seja efetiva, é fundamental que haja uma mudança cultural que promova o respeito e a valorização da diversidade. Nesse contexto, as práticas pedagógicas desempenham um papel crucial. Estratégias que promovam a empatia, a cooperação e a sensibilização sobre o autismo podem contribuir significativamente para a minimização do preconceito. Projetos que envolvam toda a comunidade escolar, como palestras, atividades lúdicas e formação continuada para professores, são essenciais para criar um ambiente mais acolhedor e compreensivo. Essas iniciativas não apenas beneficiam os alunos com TEA, mas também enriquecem o aprendizado de todos, promovendo uma cultura de respeito e inclusão (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

Além das práticas pedagógicas, o papel da família e da comunidade é igualmente importante. O diálogo entre escola e lar é fundamental para que as estratégias de inclusão sejam eficazes. Pais, educadores e profissionais da saúde devem trabalhar em conjunto, compartilhando informações e experiências que favoreçam o desenvolvimento integral do aluno com TEA. Esse trabalho colaborativo pode resultar em uma rede de apoio que se estende além das paredes da escola, fortalecendo a inclusão e combatendo o preconceito de forma mais ampla (Vieira; Pereira, 2020).

O objetivo desta pesquisa é investigar e propor estratégias e práticas pedagógicas que possam ser implementadas nas escolas para minimizar o preconceito em relação a alunos com TEA. Ao analisar diferentes abordagens e experiências, busca-se entender como as instituições podem se adaptar para

promover um ambiente mais inclusivo e respeitoso, beneficiando tanto alunos com autismo quanto seus colegas. Essa reflexão é fundamental para o aprimoramento das práticas educacionais e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A realização desta pesquisa é de extrema importância, pois contribui para um entendimento mais profundo sobre as necessidades dos alunos com TEA e a promoção de um ambiente escolar inclusivo. Ao abordar o preconceito e suas consequências, a pesquisa visa oferecer subsídios para que educadores e gestores desenvolvam políticas e práticas que favoreçam a aceitação da diversidade. Dessa forma, não apenas alunos com TEA, mas toda a comunidade escolar, se beneficia de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, onde o respeito e a convivência harmoniosa sejam a norma.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PANORAMA HISTÓRICO NO BRASIL

A educação inclusiva no Brasil é um tema que evoluiu ao longo das últimas décadas, refletindo mudanças sociais, políticas e culturais. O processo de inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares é um marco na luta por direitos e igualdade de oportunidades. Para compreender essa trajetória, é fundamental considerar o contexto histórico em que se insere, analisando as políticas públicas e as transformações sociais que moldaram o cenário educacional brasileiro (Lima; Matos, 2020).

No início do século XX, a educação brasileira era predominantemente elitista e excludente, com pouca ou nenhuma preocupação com as necessidades de crianças com deficiência. As instituições educacionais eram, em sua maioria, segregadas, com escolas especiais voltadas exclusivamente para alunos com deficiências. Essa perspectiva reflete um modelo médico de deficiência, que via essas condições como problemas a serem corrigidos ou tratados, e não como uma questão de direitos (Nunes; Alves, 2022).

A década de 1940 marcou o início de um movimento mais estruturado em favor da educação de pessoas com deficiência. O Decreto-lei nº 3.298 de 1999, que regulamenta a política de inclusão, é um marco que começou a mudar essa realidade, promovendo a ideia de que todos têm o direito à educação. Contudo, a implementação de políticas efetivas ainda era incipiente, e muitas vezes a inclusão era vista apenas como uma solução pontual, sem uma abordagem sistemática. Nos anos 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização que trouxe novas perspectivas e demandas sociais (Santos; Leite, 2022).

Durante esse período, a luta por direitos das pessoas com deficiência ganhou força, influenciada por movimentos sociais que defendiam a inclusão e a igualdade de oportunidades. O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, foi um avanço significativo, garantindo o direito à

educação inclusiva como parte dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes (Vieira; Pereira, 2020).

Na virada do século XXI, a inclusão na educação ganhou um novo impulso com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que reconheceu a necessidade de um sistema educacional inclusivo. A partir daí, diversas políticas públicas foram elaboradas para promover a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, como o Programa de Acompanhamento Pedagógico e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

O momento decisivo para a inclusão efetiva de alunos com deficiência nas escolas regulares ocorreu com a assinatura da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2006, e sua ratificação pelo Brasil em 2008. Essa convenção trouxe um novo paradigma, enfatizando a inclusão como um direito humano e um aspecto central do desenvolvimento social. A partir desse marco, o Brasil se comprometeu a adotar medidas que garantissem a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade (Lima; Matos, 2020).

A partir de 2010, o governo brasileiro intensificou suas ações em prol da educação inclusiva. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu metas específicas para a inclusão, prevendo a formação continuada de professores e a criação de estruturas de apoio nas escolas. Além disso, a ampliação de recursos financeiros e materiais para as escolas foi uma prioridade, buscando garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tivessem acesso à educação de qualidade (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

Entretanto, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta desafios significativos. A falta de formação específica para os educadores, a escassez de recursos e a resistência de algumas instituições são barreiras que precisam ser superadas. Muitas escolas ainda não estão preparadas para atender adequadamente alunos com deficiência, resultando em práticas que muitas vezes perpetuam a exclusão. Além disso, a inclusão não deve ser vista apenas como uma questão de matrícula em escolas regulares, mas como um processo que envolve a transformação da cultura escolar (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

A convivência entre alunos com e sem deficiência pode contribuir para a construção de um ambiente mais respeitoso e solidário. Essa mudança de mentalidade é crucial para a efetivação da inclusão e a minimização do preconceito que ainda persiste nas escolas. As experiências exitosas de inclusão em algumas escolas brasileiras demonstram que, quando bem implementadas, as práticas inclusivas podem beneficiar não apenas alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar. Alunos sem deficiência se tornam mais empáticos e solidários, aprendendo a respeitar as diferenças e a valorizar a diversidade. Essa dinâmica enriquece o processo de ensino-aprendizagem e fortalece a convivência social (Galvão; Ricarte, 2019).

Nos últimos anos, as tecnologias assistivas também têm desempenhado um papel crucial na inclusão educacional. O uso de recursos tecnológicos pode facilitar a comunicação e o aprendizado de alunos com deficiência, proporcionando a eles oportunidades que antes não eram possíveis. A formação de professores para o uso dessas tecnologias é uma necessidade urgente, visando garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

A pandemia de COVID-19 trouxe novos desafios para a educação inclusiva, evidenciando a importância de um ensino adaptado e acessível para todos. A suspensão das aulas presenciais e a migração para o ensino remoto colocaram em evidência as desigualdades existentes, afetando desproporcionalmente alunos com deficiência. Essa situação reforçou a urgência de se repensar e reestruturar as práticas educacionais, garantindo que a inclusão não seja apenas uma meta, mas uma realidade palpável (Matias; Probst, 2018).

O futuro da educação inclusiva no Brasil depende da continuidade das políticas públicas e da mobilização da sociedade civil. É fundamental que a inclusão de alunos com deficiência se torne uma prioridade nas agendas educacionais, com investimento em formação de professores, desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e promoção de campanhas de sensibilização. A mudança requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade, visando construir um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo (Souza; Bordas; Santos, 2014; Weizenmann; Pezzi; Zanon, 2020).

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro do Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimental que impacta a forma como uma pessoa percebe e interage com o mundo ao seu redor. O termo "espectro" refere-se à ampla gama de características e habilidades que podem ser apresentadas por indivíduos com autismo, variando de leves a severas. Embora o TEA seja frequentemente diagnosticado na infância, suas manifestações podem perdurar ao longo da vida, afetando diversas áreas, como comunicação, interação social e comportamento (Santos, 2020).

Os sintomas do TEA podem variar consideravelmente entre os indivíduos. Dentre as características mais comuns, destacam-se dificuldades na comunicação verbal e não verbal, desafios nas interações sociais e comportamentos repetitivos ou restritos. Muitas pessoas com TEA encontram dificuldades em entender normas sociais, reconhecer expressões faciais e manter uma conversa. Além disso, muitos indivíduos podem desenvolver interesses intensos em temas específicos, manifestando-se em atividades de exploração profunda (Cardozo; Santos, 2020).

O diagnóstico do TEA é realizado por profissionais qualificados, como psicólogos ou psiquiatras, que utilizam critérios estabelecidos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5). Geralmente, o diagnóstico é baseado em observações do comportamento da criança,

entrevistas com os pais e na análise do desenvolvimento. O diagnóstico precoce é fundamental, pois pode facilitar a intervenção adequada e a implementação de estratégias que promovem o desenvolvimento da criança (Nunes; Alves, 2022).

As causas do TEA ainda não são completamente compreendidas, mas estudos sugerem que uma combinação de fatores genéticos e ambientais pode contribuir para o desenvolvimento do transtorno. A predisposição genética desempenha um papel significativo, com risco maior de autismo em famílias que já apresentam histórico da condição. Fatores ambientais, como exposição a toxinas durante a gravidez, complicações no parto e infecções, também têm sido investigados como possíveis influenciadores do TEA (Lima; Matos, 2020).

O tratamento do TEA é individualizado e pode incluir uma combinação de terapias, educação especial e apoio psicossocial. Intervenções comportamentais, como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), são amplamente utilizadas e têm se mostrado eficazes na promoção de habilidades de comunicação e interação social. Além disso, terapias ocupacionais e fonoaudiológicas podem ajudar no desenvolvimento de habilidades funcionais e na melhoria da comunicação (Cardozo; Santos, 2020).

A inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar é um tema crucial, pois a educação inclusiva não apenas beneficia os alunos com autismo, mas também promove uma cultura de respeito e empatia entre todos os estudantes. Para garantir essa inclusão, é necessário que as escolas adotem práticas pedagógicas adaptativas e ofereçam formação continuada para os educadores, preparando-os para atender às necessidades específicas desses alunos (Limeira et al., 2022).

O entendimento e a aceitação do TEA estão em constante evolução. A conscientização sobre a condição tem crescido, levando a uma maior valorização da diversidade e da inclusão em diversos contextos. No entanto, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de políticas públicas mais robustas e de recursos adequados para atender às demandas das pessoas com TEA (Neto et al., 2018).

2.3 ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A MINIMIZAÇÃO DO PRECONCEITO NAS ESCOLAS EM RELAÇÃO AO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISTA (TEA)

A minimização do preconceito em relação ao Transtorno do Espectro do Autista (TEA) nas escolas é essencial para promover um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Para alcançar essa meta, diversas estratégias e práticas pedagógicas podem ser implementadas. A formação continuada dos educadores é um dos passos mais importantes. Programas de capacitação que abordem o TEA, suas características e necessidades específicas ajudam os professores a entender melhor o transtorno, desenvolvendo habilidades para identificar sinais de autismo e aplicar práticas inclusivas (Carlotto; Danelichem; Billerbeck, 2021).

Além disso, é fundamental promover campanhas de sensibilização que informem a comunidade escolar sobre o TEA, desmistificando preconceitos. Palestras, workshops e eventos que envolvam alunos, pais e professores podem criar um ambiente de empatia e compreensão. Outro aspecto importante é a realização de atividades de integração, que oferecem oportunidades para que alunos com e sem TEA interajam. Projetos em grupo, jogos e eventos esportivos facilitam o convívio e promovem a empatia, ajudando a quebrar estigmas e a desenvolver relações saudáveis (Galvão; Ricarte, 2019).

A utilização de recursos didáticos adaptados e tecnologias assistivas também pode facilitar a inclusão de alunos com TEA. Materiais visuais, como pictogramas e aplicativos, ajudam na comunicação e no aprendizado, enquanto a adaptação do currículo às necessidades individuais garante que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo. Criar ambientes acolhedores nas escolas é outra estratégia crucial. Espaços que respeitem a diversidade, com decoração inclusiva e áreas de apoio para momentos de sobrecarga sensorial, ajudam todos os alunos a se sentirem seguros e valorizados (Limeira et al., 2022).

O envolvimento dos pais no processo educacional é igualmente importante. Promover reuniões e grupos de apoio para famílias de alunos com TEA pode criar uma rede de suporte e troca de experiências, alinhando expectativas e práticas entre casa e escola. Além disso, os educadores devem ser modelos de comportamento inclusivo. Demonstrar atitudes de respeito e aceitação e incentivar os alunos a fazerem o mesmo ajudam a cultivar um clima escolar positivo (Magalhães; Aciolli, 2020).

Discussões abertas sobre diferenças e inclusão nas aulas são maneiras eficazes de abordar o tema. Implementar métodos de ensino diferenciado que considerem as diversas formas de aprendizagem dos alunos é outra prática benéfica. A personalização das abordagens pedagógicas, adaptando tarefas e avaliações às necessidades individuais, é fundamental para promover a inclusão. Monitorar e avaliar continuamente as práticas inclusivas e a dinâmica escolar permite identificar áreas que precisam de ajustes. Avaliações periódicas com alunos e pais podem fornecer feedback valioso sobre o ambiente escolar e ajudar a implementar melhorias (Cardozo; Santos, 2020).

Por fim, promover relações positivas entre os alunos é crucial. Programas de mentoria ou parceria, onde alunos mais velhos ou sem deficiência apoiam colegas com TEA, podem ser eficazes para fortalecer laços e criar um ambiente de apoio mútuo. A implementação dessas estratégias e práticas pedagógicas é essencial para minimizar o preconceito em relação ao TEA nas escolas. Ao promover um ambiente inclusivo, acolhedor e respeitoso, não apenas beneficiamos os alunos com autismo, mas também contribuimos para a formação de uma sociedade mais justa e empática, onde a diversidade é valorizada e respeitada (Galvão; Ricarte, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa sobre o Transtorno do Espectro do Autista (TEA) e a educação inclusiva revela a importância de se promover um ambiente escolar acolhedor e respeitoso. O TEA, sendo uma condição neurodesenvolvimental complexa, exige um entendimento profundo e uma abordagem individualizada para que as necessidades específicas de cada aluno sejam atendidas. A inclusão não é apenas uma questão de matrícula, mas um compromisso contínuo com a adaptação curricular, metodológica e atitudinal, que deve envolver toda a comunidade escolar.

Os desafios enfrentados para a inclusão de alunos com TEA nas escolas são significativos, desde o preconceito e a falta de compreensão até a resistência por parte de alguns educadores e instituições. No entanto, a promoção de estratégias pedagógicas eficazes, como a formação continuada dos professores, campanhas de sensibilização e a criação de um ambiente acolhedor, pode ajudar a superar essas barreiras.

Ao promover a empatia e a cooperação, as escolas têm o potencial de transformar a cultura escolar, beneficiando não apenas os alunos com TEA, mas toda a comunidade educacional. Além disso, o papel das famílias e da comunidade é vital nesse processo. O diálogo constante entre pais, educadores e profissionais de saúde deve ser encorajado, criando uma rede de apoio que se estenda além da sala de aula. Essa colaboração não apenas fortalece a inclusão, mas também combate o preconceito de forma mais ampla, criando um ambiente onde a diversidade é reconhecida e celebrada.

A pesquisa também enfatiza a importância de políticas públicas robustas e a necessidade de recursos adequados para garantir que as escolas possam atender às demandas dos alunos com TEA. A formação de professores para o uso de tecnologias assistivas e a adaptação de materiais didáticos são passos fundamentais para que a inclusão se torne uma realidade. A pandemia de COVID-19, ao expor desigualdades existentes, reforçou a urgência de se repensar e reestruturar práticas educacionais, assegurando que a inclusão não seja apenas um objetivo, mas uma prática diária.

Em suma, as práticas pedagógicas que visam minimizar o preconceito em relação ao TEA são essenciais para a construção de um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. A implementação dessas estratégias requer um esforço conjunto de todos os envolvidos no processo educacional. Ao trabalhar em prol da inclusão, contribuímos para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos os indivíduos, independentemente de suas particularidades, têm a oportunidade de se desenvolver plenamente.

Portanto, a importância desta pesquisa reside em sua capacidade de proporcionar uma compreensão mais profunda sobre as necessidades dos alunos com TEA e de sugerir caminhos para a criação de um ambiente educacional que não apenas acolha, mas valorize a diversidade. Ao focar na minimização do preconceito e na promoção de práticas inclusivas, estamos não apenas atendendo a



uma demanda educacional, mas também contribuindo para a construção de um futuro mais empático e respeitoso para todos.



REFERÊNCIAS

- CARDOZO, P. R.; SANTOS, A. M. A criança com TEA: o ingresso no ensino fundamental em meio a pandemia. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 46193–46201, 2020.
- CARLOTTO, S.; DANELICHEM, M. R. A.; BILLERBECK, G. C. A inclusão do aluno autista na escola comum: desafios e possibilidades. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7, n.10. out. 2021
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da Informação*, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019.
- LIMA, M. T. P.; MATOS, E. O. F. Autismo e escola: os desafios e a necessidade de inclusão. *Revista Educação & Ensino*, v. 4, n. 1, jan./jun., 2020.
- LIMEIRA, M. S. et al. Relatos do processo de alfabetização e letramento do ensino infantil ao fundamental maior de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) da rede municipal de ensino em Altamira: das alegrias às frustrações. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v.8.n.10. out. 2022.
- MAGALHÃES, M. S.; ACIOLLI, A. C. O professor e a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de educação infantil do município de Arapiraca/AL. *Educação e (Trans)formação*, 20-35, 2020.
- NETO, A. O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018.
- NUNES, J. C. S.; ALVES, F. I. B. M. Inclusão de criança com autismo em sala de aula. *Revista de Psicologia*, v. 16, n. 63, 2022.
- SANTOS, A. A. S.; LEITE, D. S. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise de uma escola de ensino fundamental. In *SciELO Preprints*, 2022.
- SANTOS, R. V. A formação docente: a importância da proficiência lúdica para o desenvolvimento do autismo. *Revista científica Cognitionis*, v. 3, n. 2, 2020.
- SOUZA, R. C. S.; BORDAS, M. A. G.; SANTOS, C. S. *Formação de Professores e Cultura Inclusiva*. Aracaju: Editora UFS, 2014.
- MATIAS, H. B. R.; PROBST, M. A criança com Transtorno do Espectro Autista, a escola e o professor: algumas reflexões. *Revista Profissão Docente*, 18(38), 158–170, 2018.
- TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016.
- VIEIRA, J. N.; PEREIRA, M. P. M. A inclusão escolar do aluno autista: algumas considerações. *Ciência: Gerenciais Em Foco*, v. 11, n. 9, 2020.
- WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020.